



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 04/2016

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente António Manuel Cipriano Cabrita, Alexandre Hermínio Drago Madeira, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, Maria Alexandra Martins do Livramento, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, António José Cardoso Gomes, Luis Miguel Guerreiro Romão, Manuel da Conceição António, José Roberto Leitão Guerreiro, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierres Setúbal, José João Rosa Gonçalves, Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado, e conforme Edital 16 de Junho de 2016, reuniu em sessão ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.**-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** A 1ª Secretária procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** que foi substituída por **António José Cardoso Gomes**. Na bancada do **PS** registou-se a ausência de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** que foi substituído por **José João Rosa Gonçalves** e de **Albertina da Piedade Fernandes Madeira** substituída por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

No **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** interveio **António Filipe Parra Martins** que solicitou a inclusão de duas Moções na Ordem do Dia, designadamente “ Pela rejeição da denominada

Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento” e “A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português”. Relativamente à primeira Moção ficou decidido que a mesma, por se tratar de um assunto complexo, seria incluída na Ordem do Dia da próxima Assembleia. A aceitação da inclusão da segunda Moção foi a votação, sendo rejeitada com os votos contra da bancada do PSD e a abstenção do membro do BE. -----

A bancada da CDU entregou as Moções para serem incluídas na Ordem do Dia da próxima Assembleia Municipal e leu uma Declaração Política sobre a Escola Pública. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou que muitos munícipes deixaram de ir a Monte Gordo devido ao estacionamento pago e que os residentes daquela freguesia têm-se deparado com os seus locais de residência invadidos pelos veículos dos turistas que, tentando fugir aos parquímetros, ocupam todos os lugares não pagos existentes. Frisou que seria importante que a autarquia arranjasse soluções já que as alternativas existentes não são suficientes. Disse ter conhecimento de moradores de Monte Gordo que estão impedidos de sair de casa na medida em que quando voltam não têm lugar para estacionar o seu veículo e que esta é uma situação que em nada abona quem nos visita e quem cá reside. Perguntou para quando a aplicação das 35 horas de trabalho semanais para os funcionários da SGU, conforme prometido pelo executivo PSD em Dezembro passado. Mostrou-se preocupado com a conclusão das obras do Conservatório Regional, nomeadamente com o projeto contra Incêndios, o projeto de Acessibilidades e o sistema elétrico necessários para a emissão da licença de lecionação. Falou da multa que Portugal terá de pagar à União Europeia sobre a questão do tratamento de águas residuais e as metas que não foram atingidas. Sobre este tema apresentou a seguinte Declaração Política: -----

*“A propósito da multa aplicada a Portugal pelo Tribunal de Justiça Europeu no valor de 3 milhões de euros, mais 800 mil euros diários por incumprimento do tratamento de águas residuais, respeitante aos Municípios de Matosinhos e de Vila Real de Santo António, e sem prejuízo do juízo crítico que o PCP tem face às multas impostas pela UE ao nosso país, a CDU observa que: -----*

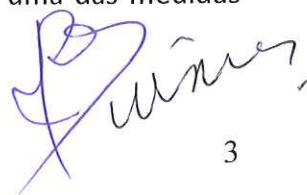
*1. Se tais multas são aplicadas é porque as condições do recurso aos fundos de financiamento para estas obras assim o prevê; -----*

*2. Quem recorreu a estes fundos sabia que a partir do momento da assinatura do contrato estava obrigado ao seu respetivo cumprimento; -----*

*W. M.*

*Não deixa de ser curioso observar que o prazo de cumprimento do compromisso aprovado pelo Tribunal é Abril de 2014. Só foi oficialmente declarado que a estação de tratamento estava operacional em Maio de 2015, data limite para serem despejados os esgotos no Guadiana. Como é do conhecimento de todos a CDU deixou a Presidência da Câmara Municipal após as eleições de 97. Nessa ocasião a taxa de cobertura dos sistemas de águas residuais era de 85% no concelho, contra 69% no Algarve e a taxa de tratamento das mesmas águas era de 25% tendo em conta a ETAR existente em Cacela. Segundo dados estatísticos isto significa que, quando a CDU deixou pela última vez a Presidência da Câmara Municipal, faltava a cobertura de saneamento básico em apenas 15% do território do concelho e 75% no tratamento de águas residuais e deixou também um projeto aprovado pela Direção Regional do Ambiente e com financiamento assegurado pela Comissão no valor equivalente a 7,5 milhões de euros para a construção de um intercetor entre Vila Nova de Cacela e o Guadiana. A presidência do PS dispôs de 8 anos para a execução deste projeto e a presidência do PSD mais 10 anos até que foi terminado. O projeto que foi executado após tantos anos só o foi com fundos comunitários aprovados no âmbito do POVT 2012 e só em 2014, depois de ter sido anunciada a multa, é que tiveram início as obras. A CDU devolve à procedência parte da acusação de que não soube aproveitar os muitos fundos comunitários a que poderia ter acesso. Os responsáveis do PSD esperaram 10 anos para resolver um problema grave que fez o trabalho à pressa num anos e que procura agora descartar as suas responsabilidades, 10 anos de poder para uma obra que se fez num ano. De quem é a responsabilidade desta obra não estar feita? Há ainda a acrescentar que muita da obra de saneamento básico desenvolvida pela atual gestão PSD se destinou a modernizar a rede existente por três razões de ordem: as tubagens e as condutas envelheceram com o tempo; há análises padrão de qualidade sempre que se faz uma remodelação; as povoações crescem e o que ontem era 85% da taxa de cobertura diminui naturalmente com o crescimento da população e da localidade. A CDU está de consciência tranquila quanto à responsabilidade que não lhe cabe e profundamente preocupada com mais 3 milhões de euros, além de 8 mil euros por dia que vão agravar a despesa dos contribuintes devido à incúria e ao deixar andar da gestão PSD". --*

**José Manuel Modesto Dourado** colocou as mesmas questões da CDU relativamente ao estacionamento em Monte Gordo e às 35 horas para os trabalhadores da SGU. Fez referência às notícias recentes sobre as medidas que a autarquia pretende apresentar, propostas em Assembleia Municipal e afirmando que as mesmas passaram com a maioria PSD, uma delas por força do desequilíbrio financeiro da autarquia e que uma das medidas



previstas seria a rescisão de contratos com os trabalhadores da autarquia. Perguntou se esta medida está a ser equacionada, se vai ser tomada e se sim, qual o número de trabalhadores afetados. Disse que em algumas ruas da cidade há sargetas tapadas pelos moradores com cimento e que, o facto de estarem tapadas pode comprometer os escoamentos de água. Referiu que no concelho há uma praga de blatídeos que de ano para ano está a crescer. Perguntou se têm sido tomadas medidas para acabar com esta praga e afirmou: *“Uma terra que gosta de se apregoar lá fora como atrativa e cheia de charme está cheia de dívida, com taxas máximas, vende património, entrega a privados os serviços públicos municipais e agora apresenta o charme dos blatídeos que livremente se passeiam até por esplanadas onde as pessoas que nos visitam tomam os seus cafés”*. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** referiu querer colocar as seguintes questões: -----

*“ 1. Há quatro anos foi anunciado em campanha eleitoral que a esquadra da PSP, que se encontra numa situação degradante, iria para novas instalações. Há tempos fomos informados em Assembleia que iriam ser desenvolvidas obras no atual edifício que inclusive teve pequenas derrocadas. Como está esta situação? -----*

*2. Há algum tempo foi apresentado um memorando no qual se diz que foi lançado concurso para o Hotel Guadiana, que hoje é visível, a obra está em curso e foi adjudicada por 1 milhão e 700 mil euros com base num empréstimo feito através do programa JESSICA. Pedia-vos esclarecimentos sobre um pagamento de 495.904,15€ que a autarquia refere ter feito, depositados em Agosto de 2015 à ordem do titular do imóvel. Quem é o titular do imóvel? O documento da Conservatória refere que ainda continua o registo por natureza, apesar da indicação de que foi feita uma expropriação por utilidade pública. No registo aparece o sujeito ativo José Manuel Fenício Toneca, tem uma hipoteca a favor do extinto Banco Português de Negócios, um arresto, duas penhoras e posteriormente o provisório para a SGU. A quem foi pago o montante? Qual o montante exato do empréstimo, em que moldes é feito o pagamento e quais são as garantias que a Câmara Municipal tem para garantir o pagamento das prestações por parte dos investidores? -----*

*3. Existem duas situações que convêm esclarecer. Tenho duas habitações na zona histórica e como não tenho residência fiscal em nenhuma delas, não tenho direito a ter qualquer cartão de estacionamento e mesmo como comerciante, como também tenho dois estabelecimentos abrangidos pela zona de estacionamento tarifado, dirigi-me à ESSE para saber como era. Tenho também um estabelecimento na Avenida dos Bombeiros Portugueses e se fizesse um conjunto de tramitações para ter um lugar de estacionamento na zona preferencialmente*



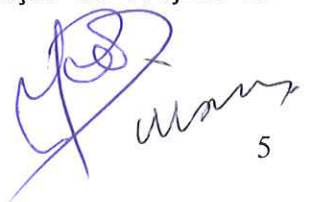


*destinada a residentes ficaria a umas centenas de metros de distância, o que para efeitos de trabalho não é prático. Consultei o contrato entre a Câmara Municipal e a ESSE e constatei que os residentes têm direito a um lugar de estacionamento em qualquer rua da cidade. O artigo 9.º diz que esse estacionamento, quer seja para residentes ou comerciantes, é exclusivo na zona identificada no anexo 1, zona preferencialmente destinada a residentes e comerciantes. Existem alterações no contrato que me foi fornecido pela Câmara? Sobre o estacionamento em Monte Gordo, o contrato não refere nada sobre as tarifas aplicadas no valor de 40,00€ e perguntei na ESSE se em Vila Real havia avenças e disseram-me que não. Tomei conhecimento da avença de 75,00€ semanais e 150,00€ mensais em Monte Gordo para quem tem segunda habitação. O contrato refere que é para o público em geral, portanto não haverá necessidade desta avença específica. -----*

*4. Cemitério – as famílias dos defuntos não têm culpa de não ter de ter havido previsão de construção de jazigos. A Câmara Municipal tem estado a pedir às famílias uma rápida exumação dos cadáveres e para isso paga-se uma taxa de 400,00€. Apesar do corpo de um familiar meu não estar completamente decomposto foi colocado numa campa. O artigo 401, ponto 2 do regulamento das exumações diz que se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, mantem-se o cadáver inumado por períodos sucessivos de 2 anos. Porque é que a Câmara Municipal não está a cumprir o regulamento? Penso que a resposta é porque não se acautelou anteriormente. -----*

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** opinou que é preferível evitar as Moções trazidas no momento da realização da Assembleia porque qualquer documento tem de ser apreciado com algum tempo de antecedência. Disse estar admirado por saber pela CDU que as obras de saneamento demoraram só dois anos a fazer e com a execução de 15% das mesmas, e acrescentou: *“A crítica, só pela crítica fácil, infelizmente não serve para aprender nada. Realçar só as coisas negativas e não realçar as positivas não é correto”*. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** frisou que foram sempre os deputados do BE e da CDU que se insurgiram contra a criação da empresa municipal e por conseguinte contra os seus trabalhadores mas que, a Câmara Municipal foi das primeiras do país a devolver as 35 horas aos seus trabalhadores e que tudo irá ser feito para que os funcionários da SGU também tenham esse direito. Nesse sentido, informou que se aguarda parecer das entidades reguladoras das empresas municipais. Quanto ao Conservatório sublinhou que a 1.ª fase da eletricidade está concluída e que a autarquia vai avançar com a 2.ª parte, esperando até 31 de Agosto começar as restantes obras, nomeadamente a reformulação do Projeto de



5

Incêndios. Frisou que nestes 10 anos de executivo nunca rescindiu contratos com nenhum trabalhador da autarquia e que não o irá fazer e que, nunca existiram atrasos nos pagamentos de horas extraordinárias e ajudas de custo. Informou que há sarjetas que se encontram tapadas devido a obras de saneamento anteriores e aos maus cheiros que ainda causam. Disse que semanalmente e por vezes diariamente, a autarquia faz desinfestações de baratas e mosquitos mas que a quantidade de baratas é superior aos outros anos e por isso não tem sido fácil acabar com esta praga. Quanto à multa, recordou o ponto 63 do acórdão que refere que a República Portuguesa, após colher amostras com intervalos regulares, a partir de Abril de 2015, provou que as descargas provenientes da estação de tratamento de águas residuais urbanas cumprem o disposto nos n.ºs. 3 e 4 desta diretiva pelo que, quanto a esta aglomeração, este Estado Membro não deve ser condenado numa sanção pecuniária compensatória destinada a garantir o observatório do acórdão de 7 de maio de 2009 e que esta Câmara Municipal, no espaço de dois anos, concluiu a obra que há muitos anos estava para ser feita. A **Rui Setúbal** respondeu que a avença de 40,00€ tem a ver com os parquímetros e não com os parques da frente mar, que as questões que não estavam no contrato resultaram de acordos e ajustes que a autarquia foi efetuando com a ESSE e com a Valet Parking e que mais ajustes vão sendo efetuados consoante as necessidades, e acrescentou: *“A Comissária da PSP, aqui presente, acompanhou a recente visita da Secretária de Estado da Administração Interna à esquadra da PSP e outros dois Secretários de Estado também já efetuaram visita àquele espaço e propuseram requalificar o edifício ou fazer uma nova esquadra frente ao Tribunal. A Câmara Municipal ofereceu-se para fazer os dois projetos e já os enviou. Aguardamos a resolução da situação que, provavelmente terá que ver com as verbas que são da responsabilidade da tutela”*. Relativamente ao Hotel Guadiana esclareceu que o edifício está na posse do Tribunal, que houve efetivamente um financiamento do Jéssica e que os pagamentos vão sendo feitos consoante o avançar da obra. Disse ao deputado que se quiser esclarecimentos mais técnicos poderá solicitá-los e o administrador da SGU responderá por escrito. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou a intervenção do **Vereador João Rodrigues** para esclarecimento das questões colocadas relativas ao cemitério. -----

O **Vereador João Rodrigues** disse a **Rui Setúbal** que as afirmações por si proferidas não correspondem à verdade e devem-se a desconhecimento sobre os procedimentos administrativos e que não se trata de jazigos mas sim de catacumbas. Afirmou que não houve nenhuma falha de previsão na construção de catacumbas, que houve um concurso

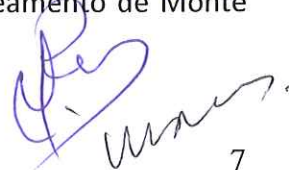


público e que a empresa que ganhou declarou falência a dois dias da assinatura do contrato. Para resolver a situação, o Município teve de iniciar novo processo de concurso público o que fez com que a obra se atrasasse cerca de dois meses e meio, e acrescentou: *“Não é por essa razão que a Câmara Municipal pede aos familiares dos falecidos para que seja feita a exumação. O que acontece é que a Câmara não é obrigada por lei a construir jazigos. E os serviços administrativos desenvolvem a sua atividade no sentido de comunicar com os familiares dos falecidos há mais de cinco anos no sentido de se fazer a exumação. O tempo máximo previsto na lei são cinco anos. No caso do seu familiar penso que tem mais de dez anos e é insustentável, neste ou em qualquer concelho, que os corpos estejam nas catacumbas mais de dez ou quinze anos. Aquando da exumação dos corpos, se os mesmos não estiverem em condições voltam de novo para a catacumba, conforme diz o regulamento, não houve qualquer falha na previsão dos prazos para a construção dos jazigos e não há nenhum incumprimento por parte do Município no sentido de proceder à exumação dos corpos”*.-----

**Rui João Gutierrez Setúbal** pediu a palavra para defesa da honra. Disse não querer contestar da mesma forma, nem usar o mesmo tipo de linguagem do Vereador e afirmou: *“O senhor acha que eu estou a dizer mentiras e que uso uma oratória de falsidades com outros objetivos e eu queria apenas deixar bem claro que o jazigo é uma terminologia utilizada nos relatórios do Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo que eu utilizei-a. A exumação pode até ser feita a partir do 3.º ano, de acordo com o que está no Regulamento mas para isso é necessário que seja cumprido um preceito que é o referido no n.º 2 do artigo 40, que é o cadáver estar em condições de ser exumado que é coisa que não aconteceu e eu tenho provas. A falta de previsão está também provada porque aquela catacumba de um familiar meu, foi exumada esta semana e já vai ser ocupada”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Vereador João Rodrigues** que disse querer esclarecer não ter chamado mentiroso ao deputado porque não é um tipo de linguagem que costume utilizar e dirigindo-se a **Rui Setúbal** afirmou: *“O Senhor faz insinuações de situações que desconhece em absoluto e pode transmitir uma opinião a quem o ouve que não corresponde à verdade. A catacumba vai ser ocupada a pedido do familiar de um falecido e isso é normal”*. -----

**David Miguel Vasques da Silva** afirmou que, desde o início do processo de estacionamento pago, a autarquia tem colaborado com a ESSE na informação necessária a ser transmitida às pessoas com vista a resolver os problemas que surgem, e que o estacionamento de Monte



7



Gordo é diferente do de Vila Real. Disse que, no entanto, tudo o que é aplicável a Monte Gordo nos termos do Regulamento de trânsito, é aplicável a Vila Real e seria bom que os deputados que tivessem algum esclarecimento a pedir o fizessem junto da Assembleia Municipal que está sempre disponível para os esclarecimentos necessários. Frisou ainda: *“É muito claro que, desde o início da concessão, para os residentes fiscais em Vila Real de Santo António e Monte Gordo, dentro da zona parqueada, têm uma das três viaturas previstas no concurso é contemplada com estacionamento livre em qualquer zona de estacionamento”*. ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** fez um ponto de ordem para dizer que a Assembleia é um lugar de discussão política e que não deverá ficar nada por dizer, mas que, na sua opinião, não se deveria começar a discutir em demasia pormenores técnicos. -----

**David Miguel Vasques da Silva** retomou a sua intervenção para acrescentar que ainda há situações bastante complexas que estão em discussão e outras que são bastante claras e o que se tem vindo a fazer é para beneficiar e criar serviços alternativos para as pessoas. Disse ainda: *“No concurso, na proposta da ESSE, estava estabelecido que havia um serviço que tão-somente é um local de entrega do carro e um outro carro o ir buscar, sendo um serviço complementar que existe em muitos sítios e que em Monte Gordo se justifica”*. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** leu a seguinte mensagem que recebeu da ESSE, via telemóvel: *“Lembramos que um comerciante/empresário poderá estacionar gratuitamente nas zonas assinaladas como preferencialmente a residentes”*. Acrescentou que isso é o que está no contrato mas que conhece outras pessoas que podem estacionar em qualquer outro local. ---

**António Filipe Parra Martins** frisou que a declaração de voto relativa à multa dos esgotos está devidamente fundamentada e que a CDU não se enganou nos números, e acrescentou: *“Dissemos que a rede estava de facto a cobrir 85% do concelho à altura da forma como a legislação previa quando foi construída e naturalmente ela foi agora remodelada. Sobre as Moções, já temos experiência das várias formas de apresenta-las e estranhámos que cada vez que a CDU traz uma questão, crie tantos anticorpos. Gostávamos que tivessem mais em conta o cumprimento do Regimento e os prazos em que nos chegam os documentos da Assembleia”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu o seguinte: *“As suas moções não criam anticorpos. Regimentalmente, se um documento for apresentado cinco dias antes, nunca deixou de ser discutido. As moções trazidas hoje pelo Sr. Deputado, no início da Assembleia, uma sobre um tratado internacional, outra sobre a defesa da escola pública, merecem uma leitura e discussão cuidada por parte das bancadas e por isso não devem ser votadas desta*





*forma. Não gostaria que ficasse aqui a ideia de que há alguma obstrução à discussão das moções".* -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **Ponto 1 - EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** e informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: -----

- Moção aprovada em sessão da Assembleia Municipal de Albufeira "Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos"; -----

- Moção aprovada em sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão "Prospecção de Hidrocarbonetos no Algarve"; -----

- Projeto de Resolução do Grupo parlamentar "Os Verdes", "Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta dos serviços de programas na TDT; -----

- Projeto de Lei de "Os Verdes" sobre a inclusão de uma ementa vegetariana nas cantinas públicas; -----

- Do Grupo Parlamentar do PCP com as perguntas ao Governo sobre a renovação das licenças de utilização e de exploração dos viveiros da Ria Formosa; sobre as novas instalações para a Esquadra da PSP de VRSA; sobre a desadequação das instalações e espaços desportivos da escola Secundária de VRSA e sobre a falta de anestesistas no Centro Hospitalar do Algarve. --  
Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente:-----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE ELEVADORES, MONTA-CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS 2016-2019 – COMUNICAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;**

- **AQUISIÇÃO DE CONTRATO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PARQUE DE FOTOCOPIADORAS RICOH 2016-2019;**

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ANUAL DE DESIGN E COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA PARA TODOS OS SUPORTES E PLATAFORMAS – RENOVAÇÃO 2016;**

- **AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS 2016;**

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO- RENOVAÇÃO 2016.** -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias dos documentos atrás descritos.-----

**2. TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu aos membros presentes e informou que os elementos que não puderam comparecer tomarão posse posteriormente. -----

Tomaram posse os membros presentes.-----

**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO 2016;**

Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 10 de maio, com as abstenções dos Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros das bancadas do **PS,CDU** e **BE**.-----

**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE GESTÃO DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO ENTRE O MUNICÍPIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA;** Presente

a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de junho, com a abstenção do Vereador José Cruz.-----

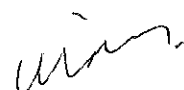
Colocada a discussão, registou-se a intervenção de **Rui João Gutierrez Setúbal** que colocou as seguintes questões: “ *Qual o número de pessoas a contratar, abrangidas por este Contrato Programa e se já foi feita a quantificação de cedência em espécie que está referenciada pelo ROC no ponto 9*”.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que serão contratadas 60 pessoas no período compreendido entre 1 de julho e 15 de setembro e que o contrato foi elaborado tendo em conta o parecer do ROC. Adiantou ainda que o executivo preferiu fazer contratos e não prestações de serviços e que a quantificação foi feita mas que neste momento não tem os valores memorizados. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas da **CDU** e do **BE**.-----

**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS;** - Presente a proposta do

Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de junho, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Célia Paz e Vereador José Cruz. -----



Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**. -----

**6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE TRÊS IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ADJUDICAÇÃO;**

- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 7 de junho, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** perguntou qual o investimento previsto/estimativa orçamental para as obras destes três imóveis. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que ainda não existe estimativa orçamental e adiantou: *“Depois da aprovação em Assembleia Municipal deste documento de Hasta Pública, proceder-se-á à assinatura dos contratos e terão quatro meses para apresentar todas as propostas em termos de especialidades bem como os projetos de arquitetura, o plano de negócios e o plano de marketing. Só depois teremos valores em termos de estimativa orçamental e aí será ou não aprovado pelo executivo”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenção da bancada da **CDU** e o voto contra do **BE**.-----

**7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITO NA URBANIZAÇÃO QUINTA DA MANTA ROTA, DESTINADO À IMPLEMENTAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (CAPELA);**

- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 10 de maio. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção do membro do **BE**. -----

**8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;**

- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 7 de junho. -----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

**9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA AFETAÇÃO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITO NA FRENTE MARÍTIMA DE MONTE GORDO;**

- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de





câmara de 24 de maio. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

**10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE AYAMONTE, CASTRO MARIM E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E RESPECTIVOS ESTATUTOS-ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** no dia 21 de junho em reunião de câmara municipal. -----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

**11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO TARIFÁRIO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA 2016;** - Presente a Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de junho, com a abstenção dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** frisou que o anexo refere o ano de 2015 e perguntou se se trata de uma gralha ou se o tarifário se vai manter. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o tarifário se vai manter. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com a abstenção da bancada do PS e os votos contra das bancadas da **CDU** e **BE**. -----

Passou-se ao período de intervenção do público. Não se registaram intervenções. -----

A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

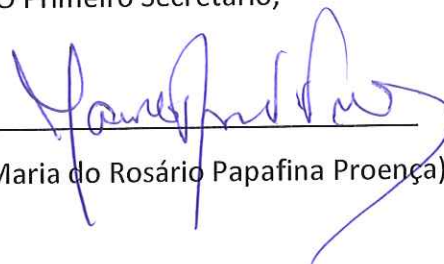
O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Carlos Costa Barros)



O Primeiro Secretário,



(Maria do Rosário Papafina Proença)